



## **ATA DA 283ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE COTIA – CMDCA/SP**

Aos vinte e três dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, realizou-se de forma online, a 283ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Cotia/SP. Estiveram presentes representantes do Poder Público: Dr. Mauro Tadei Scaglioni, Joelson Souza da Silva e Antônia P. da Silva (Secretaria de Cultura e Lazer), Vivian Viana da Silva Arata (Secretaria de Desenvolvimento Social e Periferias - SDSP), Patrícia de Souza (Secretaria de Educação), Alan F. Sales (Secretaria de Esportes) e Pollyana C. Lara (Secretaria de Saúde), além de. Da Sociedade Civil: Robson Ap. Dias (Casa de Apoio), Rosângela Dias de Carvalho Rodrigues (Wantuil de Freitas), Gilmar José de Almeida (Instituto AME), Janice Jane Testa Silva (FMC), Silvana Bezerra Silva (APMs) e Dra. Fabiana Porfírio Gregório (OAB). Também participaram representantes de OSCs e convidados: Verônica Lima (A Semente); Geuza Franca (Alfa), Daniela Penna (Prohacc), João Antônio da Silva (Instituto Caritas), Maria Fernanda (Paullus), Daniela Xavier (Wantuil de Freitas); do Conselho Tutelar de Cotia: Bruna Ferreira, e representantes da SDSP: Mary Teófilo e Claudiéia Magalhães. Após a verificação de quórum, a presidente iniciou a reunião, agradecendo a compreensão dos conselheiros quanto à alteração da data e justificando a necessidade do adiamento. A Presidente, ressaltou que o ano será marcado por intensa atuação do Conselho, inclusive com a transição de presidência prevista para julho, quando a sociedade civil assumirá a presidência do CMDCA. **1º Item de Pauta:** iniciou-se a apreciação da **Ata da 282ª Reunião Ordinária** e da **Ata da 36ª Reunião Extraordinária**. Foi questionado se todos os conselheiros haviam realizado a leitura das atas e se haveria apontamentos ou sugestões de alteração. A vice presidente do CMDCA Dra. Fabiana Porfírio manifestou-se quanto à Ata da 36ª Reunião Extraordinária, destacando estranhamento em relação à nomeação individual dos votos, com identificação de conselheiros favoráveis e contrários, ressaltando não se recordar de deliberação anterior do colegiado que autorizasse tal procedimento, o qual não é usual nas atas do CMDCA. O conselheiro Robson Dias fortaleceu a manifestação, destacando que, historicamente, as decisões do Conselho são registradas de forma colegiada, constando apenas o resultado da votação e, quando necessário, o quantitativo de votos, sem personalização, defendendo a supressão da identificação nominal dos votos, mantendo apenas o resultado final. O conselheiro Gilmar de Almeida ponderou sobre a necessidade de se compreender a origem da iniciativa que levou à mudança na forma de registro dos votos, destacando que o ponto central da discussão seria o ato e não a exposição individual dos conselheiros. O conselheiro Dr. Mauro Tadei manifestou entendimento diverso, argumentando que os votos são públicos, as reuniões são gravadas e que a responsabilidade dos conselheiros é individual, especialmente diante de eventuais questionamentos de órgãos de controle, entendendo que a ata deve refletir fielmente o ocorrido na reunião, inclusive quanto ao registro dos votos. O João Antônio representante do Instituto Cáritas, manifestou preocupação com a nomeação de votos em ata, reforçando o caráter colegiado e deliberativo do Conselho, alertando para possíveis exposições indevidas e defendendo que as decisões devem ser atribuídas ao Conselho como um todo. A conselheira Silvana Bezerra destacou a importância de compreender a motivação da mudança na ata e reforçou que, como conselho deliberativo, as decisões da maioria implicam responsabilidade coletiva. A Dra. Fabiana Porfírio sugeriu colocar a questão em votação, com aprofundamento futuro se necessário, observando que a reunião extraordinária foi atípica e que a exposição nominal em ata seria desnecessária, já que as gravações registram as votações. A conselheira Rosângela Rodrigues destacou que, ao longo de mais de vinte anos de participação em conselhos, nunca houve nomeação de votos em ata, mas que, ainda assim, já ocorreram represálias em diferentes contextos políticos, independentemente do registro nominal. O conselheiro Gilmar Almeida destacou que sua preocupação não é com a divulgação do voto individual, mas com a alteração do procedimento sem deliberação do colegiado, alertando para riscos de ingerência e uso político futuro. A presidente registrou as manifestações e esclareceu não ter informações sobre a alteração no formato da ata. Submetidas à deliberação, as atas foram aprovadas com ressalvas: na 282ª Reunião Ordinária, quanto ao valor do edital da cultura; e na 36ª Reunião Extraordinária, com a inclusão do conselheiro Alan Sales na lista de presença e a supressão da identificação nominal dos votos. **2º Item de Pauta: JECRIM (recursos de decisões judiciais para o CMDCA).** A Presidente esclareceu divergências na numeração da pauta e tratou do JECRIM. Foi apresentada a prestação de contas do Instituto Conviver referente a recursos recebidos via JECRIM, com destaque para a pendência de R\$ 672,77 de 2025, que precisa ser regularizada antes da liberação de novos recursos. Foram apresentadas nove (09) organizações com projetos aprovados para o jecrim 2026: Casa de Apoio, Alfa, A Semente, Instituto Conviver, Casa de Emmanuel, APAE, AFESU, Associação Filantrópica Criança Feliz e Wantuil de Freitas. Foram apresentados nove projetos aprovados para 2026, todos com parecer favorável, exceto a questão do Conviver. A plenária aprovou por unanimidade a participação das organizações, condicionando o Instituto Conviver à regularização da pendência. **3º Item de Pauta: Visitas da Comissão Especial Intersetorial às OSCs.** A Presidente informou sobre o início das visitas da Comissão Especial Intersetorial, instituída por resolução do CMDCA, com composição entre sociedade civil e poder público, para fiscalização das OSCs. Foi relatado que a primeira visita foi realizada por Robson Dias e Pollyana Lara, aos quais a presidente agradeceu pela disponibilidade, solicitando breve relato. A conselheira Polyana relatou que, por ser sua primeira visita enquanto conselheira, a experiência foi tranquila, porém chamou atenção para a situação do serviço de acolhimento, relatando sensação de abandono, grande



número de crianças, mistura de bebês, crianças e adolescentes no mesmo espaço, o que lhe causou preocupação quanto à adequação do acolhimento. A presidente contextualizou a situação, explicando o histórico do serviço de acolhimento, o reordenamento da política pública que passou a atender crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses, bem como o episódio ocorrido em 25 de dezembro, quando um adolescente em surto liderou atos de vandalismo que resultaram em grave destruição do equipamento, exigindo intervenção policial, perícia, transferência temporária das crianças para outro serviço e posterior reconstrução da unidade. Foi esclarecido que o episódio impactou diretamente a estrutura física e o funcionamento do serviço, justificando a impressão encontrada durante a visita. O conselheiro Robson complementou o relato, destacando problemas estruturais do prédio, como infiltrações, bolor, goteiras e ventilação inadequada, ressaltando que se trata de um prédio público construído com recursos do Fundo do CMDCA, sendo necessária atenção à salubridade e manutenção predial. Como encaminhamento, a presidente propôs que o relatório da visita fosse formalizado, com abertura de processo administrativo e encaminhamento à área responsável para solicitação de melhorias estruturais, proposta aceita pelo plenário. A Polyana demonstrou preocupação com o acompanhamento do adolescente envolvido, especialmente diante de sua maioridade iminente e das medidas de transição e autonomia após a saída do serviço. O João (Instituto Cáritas) ressaltou que o CMDCA sempre debateu e deliberou sobre políticas públicas, embora a execução dependa do Poder Executivo. A Sra. Edith Heinrich Landenberger (TABEA) informou sobre o projeto esportivo em andamento na OSC, que atualmente atende cerca de 95 crianças e adolescentes, com possibilidade de ampliação, e manifestou preocupação quanto ao acolhimento conjunto de bebês, crianças e adolescentes. A conselheira Bruna Ferreira (CT Cotia), que ingressou na reunião após seu início, destacou dificuldades no acesso da população aos serviços públicos, especialmente em razão da locomoção e da falta de transporte, o que impede crianças, adolescentes e famílias de comunidades mais afastadas de acessar vagas disponíveis. Sugeriu a construção de estratégias, mencionando o esporte como possível alternativa inicial. A presidente destacou que a questão do transporte é complexa e recorrente, muitas vezes inviável como política contínua devido ao alto custo, tema também debatido em outros conselhos. Informou que o próximo edital da cultura permitirá a execução de projetos nos próprios territórios, em parceria com equipamentos públicos locais, com possibilidade de acréscimo de recursos para essa finalidade. Ressaltou que a estratégia busca aproximar as políticas públicas das comunidades e destacou a necessidade de mapear e fortalecer as OSCs, cujo número atual é insuficiente para atender todo o município. A presidente informou que, em relação à visita técnica realizada, será aberto processo administrativo, com elaboração de relatório contendo apontamentos e cobrança de providências e adequações. Comunicou que há visita agendada para a próxima semana, a ser realizada pelos conselheiros Rosângela Rodrigues e Joelson Souza. Informou ainda sobre a visita agendada para o dia 27/01, a ser realizada por representantes do CMDCA, com o objetivo de verificar as condições do prédio do SAICA (novas instalações) e do SAICA Prohacc. Passou-se ao **item 4 da pauta**, referente ao **Plano Decenal de Medidas Socioeducativas**, previamente apresentado na reunião presencial anterior, ocasião em que foi concedido prazo para leitura. A presidente informou que as alterações realizadas no documento foram pontuais, limitando-se a ajustes de concordância e correção de datas. A Dra. Stefany Assunção apresentou síntese do plano, esclarecendo que o texto base foi elaborado pelo CREAS, tendo sido realizados ajustes de organização e clareza, e que o período correto de vigência é de 2025 a 2035, com dados provenientes do próprio CREAS. Informou ainda que o plano contempla as ações atualmente executadas pelo CREAS, considerando a ausência de reuniões com outras secretarias, com previsão de aprimoramento ao longo do período decenal, bem como, que o documento foi validado pela equipe técnica, contando com participação simbólica de adolescentes. O conselheiro Robson Dias apontou inconsistências nas datas constantes no cabeçalho do documento, questionou a padronização da identificação das autoridades mencionadas e a inclusão de assinatura vinculada a outro conselho, solicitando os devidos ajustes. A Dra. Stefany e a Presidente esclareceram tratar-se de questões formais, passíveis de correção, sem prejuízo ao conteúdo do plano, ficando a Presidência responsável por encaminhar as informações corretas. Submetido à votação, o Plano Decenal de Medidas Socioeducativas foi aprovado por unanimidade, condicionado à correção de datas e nomes, sendo deliberada sua formalização por meio de resolução para posterior publicação. **Item 5 da pauta:** Vivian Arata informou sobre os editais em andamento, destacando: O Edital do IR para captação de recursos, publicado em 13/01, conforme deliberado em reunião anterior, com período de apresentação de projetos de 13 a 20 de fevereiro; e o Edital para preenchimento de duas vagas de conselheiros suplentes da sociedade civil, publicado em 16/01, reforçando o convite para participação das organizações interessadas. **Item 6 da pauta: Extrato FUCONDI mês de Dezembro/25.** Foi informado que o extrato financeiro mensal havia sido previamente encaminhado no grupo de conselheiros. Questionados, os conselheiros manifestaram ciência do conteúdo. Para fins de registro em ata, foi informado que o saldo atual disponível no Fundo CMDCA é de R\$ 4.627.863,27 (quatro milhões, seiscentos e vinte e sete mil, oitocentos e sessenta e três reais e vinte e sete centavos). Ressaltou-se que, em breve, haverá movimentação do fundo em razão da publicação do edital da cultura. **Item 7 da pauta: Demais assuntos ligados ao CMDCA: 1. Devolutiva do Processo nº 50.685 – SAICA Coração de Mãe.** A Dra. Fabiana Porfírio apresentou devolutiva acerca do processo referente ao SAICA Coração de Mãe, informando que foi constituída comissão especial para responder aos questionamentos da Promotoria. Relatou que a resposta enviada descreveu detalhadamente todas as ações adotadas pelo CMDCA, incluindo reuniões extraordinárias, deliberações e providências tomadas, com o objetivo de demonstrar que o Conselho atuou dentro de suas competências. Informou que



foram anexadas cópias das atas e documentos pertinentes, garantindo transparência do processo. Esclareceu que o documento foi por ela assinado, na qualidade de representante do CMDCA, em razão da atuação da Presidência como interventora, evitando conflitos éticos. A Presidente esclareceu que o processo tramitou fisicamente, sem número de protocolo eletrônico, sendo encaminhado também por e-mail institucional do CMDCA, e que, até o momento, não houve nova manifestação da Promotoria, considerando a demanda respondida. **2. Edital de Chamamento Público – SAICA:** A presidente informou que o chamamento público do SAICA, já se encontra publicado. Manifestou expectativa de que a atual organização participe do certame. Registrou-se ainda que foi solicitada, via grupo de conselheiros, a indicação de representantes para compor a Comissão de Análise de Projetos, tendo se voluntariado os conselheiros Robson Dias, Rosângela Rodrigues, Janice Jane, Gilmar Almeida e Sílvia Martins, ficando assim constituída a comissão. **3. Edital da Cultura:** Foi informado que o Edital da Cultura encontra-se em fase final, já tendo sido discutido em reunião com a Comissão de Políticas Públicas, e que seguirá para o setor jurídico para fins de publicação. **4. Minuta de Resolução – Apoio a Crianças e Adolescentes em Acolhimento com Demandas Especiais de Saúde:** Passou-se à apreciação da minuta de resolução destinada a autorizar apoio financeiro específico para crianças e adolescentes acolhidos com necessidades especiais de saúde, demanda originada a partir de situações concretas, incluindo casos de exames e atendimentos não ofertados pelo SUS. A Dra. Fabiana Porfírio manifestou entendimento de que a minuta apresentada se encontra significativamente melhor em relação à versão anterior, reconhecendo que, por se tratar de medida nova, poderão surgir ajustes futuros, mas que o texto atual atende à finalidade proposta. Não havendo outras manifestações, a presidente colocou a minuta em votação, sendo a resolução aprovada, conforme manifestação favorável da plénaria. Antes do término da reunião, Verônica Lima, diretora do SAICA A Semente, manifestou preocupação com o atraso no repasse financeiro, informando que, até a data da reunião, não havia recebido os valores devidos, o que impacta diretamente o atendimento de 38 crianças acolhidas. Relatou que foi informada de que o recurso seria repassado pelo Estado, gerando apreensão devido a atrasos recorrentes. Os conselheiros Rosângela Rodrigues e Robson Dias, demonstraram preocupação e sugeriram que, em situações semelhantes, o município realize o pagamento com recursos próprios, procedendo à compensação posterior quando do repasse estadual. O conselheiro Robson propôs inclusive uma deliberação formal para autorizar a eventual utilização do FUCONDI como alternativa, evitando a necessidade de reunião extraordinária. Antes da deliberação, Vivian Arata informou que obteve confirmação junto à gestão municipal de que o pagamento será realizado na segunda-feira subsequente com recursos municipais, conforme procedimento adotado anteriormente, não sendo necessária a utilização do FUCONDI. Concluindo, a Presidente agradeceu a participação de todos, informou que dará encaminhamento imediato junto à gestão quanto ao repasse mencionado e destacou que o CMDCA terá um ano de intenso trabalho, incluindo estudos e encaminhamentos sobre a implantação do Serviço de Família Acolhedora no município, convidando os interessados a participarem do grupo de trabalho. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, ficando registrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela presidente e pela secretária executiva do CMDCA.

**Vivian Arata**  
Presidente

**Mary Teófilo**  
Secretária Executiva